



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude - CAO-IJ**

Ofício Circular nº 001/2022 – CAO-IJ

Recife, 17 de fevereiro de 2022.

**Excelentíssimo(a)s Senhore(a)s Promotore(a)s,**

Cumprimentando-os, o **Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude CAO-IJ** encaminha expediente enviado pela Receita Federal do Brasil dando ciência do ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 1, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2022, que dispõe sobre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e que contém os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Relaciona os FDCA que se encontram aptos a receberem destinações diretamente na Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física-DIPRF neste exercício de 2022;
- b) Anexo II – Relaciona os Fundos que, embora tenham realizado ou atualizado seus respectivos cadastrados no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos-MMFDH de forma tempestiva, não obtiveram êxito total nesse cadastramento.

Por oportuno, ressaltamos que os Anexos desse ADE, bem como orientações detalhadas acerca do tema estão disponíveis no endereço:

<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/repassa-das-doacoes-feitas-diretamente-no-programa-do-irpf-fdca-e-fdi/fdca-2022>.

Por fim, destacamos que cabe aos gestores dos fundos relacionados no Anexo II corrigirem as inconsistências lá apontadas, realizando um novo cadastramento no MMFDH, para que esse fundo adquira a aptidão para receber destinações diretamente na Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física do exercício de 2023.

Atenciosamente,

**Luiz Guilherme da Fonseca Lapenda**  
Promotor de Justiça  
Coordenador do CAOIJ-MPPE